

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades, especialmente no setor de papel e celulose. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são registradas na B3 S.A. A sede social da Companhia está localizada na cidade de São Paulo-SP. A Companhia é controlada por membros da família Feffer.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ou resultado abrangente.

A Companhia afirma que todas as informações relevantes às suas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que estas correspondem às utilizadas pela Administração para sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 17 de março de 2020.

2.2. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. A Companhia adota a prática de refletir na DVA os efeitos dos itens de outros resultados abrangentes, quando e se os mesmos transitarem pelo resultado do exercício. As normas contábeis internacionais (IFRS) não requerem a apresentação dessa demonstração, portanto, são consideradas como informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real sendo também sua moeda de apresentação.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas com base em políticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2018, e mesmo com a aplicação dos novos pronunciamentos contábeis a partir de 1º de janeiro de 2019, não houve impacto nas demonstrações financeiras, conforme já esperado e mencionado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

3.1. Políticas contábeis adotadas

3.1.1. Ativos e passivos financeiros

a) Visão geral:

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados na demonstração do resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia não adota o hedge accounting previsto nos CPC 48.

b) Ativos financeiros:

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) custo amortizado, (b) ao valor justo por meio do resultado e (c) ao valor justo por meio do resultado abrangente. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, conforme explicado abaixo:

i) Custo amortizado

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são: (i) para receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas; e (ii) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Inclui basicamente o saldo de caixa e equivalentes de caixa. Quaisquer alterações são reconhecidas no resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de Receitas ou Despesas financeiras.

iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Incluem ativos financeiros patrimoniais (participações societárias). A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. A variação no valor justo dessas participações é reconhecida no resultado abrangente e, por opção irrevogável da Companhia, os valores acumulados são mantidos no patrimônio líquido em conta de ajuste de avaliação patrimonial, e não serão realizados contra o resultado, mesmo na alienação ou perda.

c) Passivos Financeiros:

São classificados entre as categorias abaixo, de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado: Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

ii) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

3.1.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos mantidos em caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original inferior a 90 dias a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor.

3.1.3. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.1.4. Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019 e não tiveram impactos materiais para a Companhia:

- . Operações de arrendamento mercantil – CPC 06 (R2) / IFRS 16
- . Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro – ICPC 22 / IFRIC 23
- . Tributos sobre o Lucro – CPC 32 / IAS 12
- . Custos de Empréstimos – CPC 20 / IAS 23
- . Combinação de negócios – CPC 15 / IFRS 3
- . Negócios em conjunto – CPC 19 / IFRS 11
- . Benefícios a Empregados – CPC 33 / IAS 19
- . Investimento em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto – CPC 18 (R2) / IAS 28

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

3.3. Novas normas, revisões e interpretações ainda não vigentes

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

4. Aplicações financeiras

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Fundos de Investimento	<u>2.605</u>	<u>2.194</u>

Os fundos de investimento alocam os recursos em instrumentos de renda fixa, diversificados entre títulos de instituições privadas e títulos públicos, são remunerados a uma taxa média anual entre 97,5% e 102,2% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (98,3% e 108,4% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

A qualidade de crédito é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito. As aplicações financeiras estão operacionalizadas no Banco Itaú Unibanco, Instituição Financeira classificada com o Rating “brAAA” pelas agências Fitch e Standard & Poor's.

5. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia tinha dividendos propostos a pagar no montante de R\$ 108 e R\$ 74 respectivamente.

Os dividendos recebidos, cuja contrapartida é o resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Suzano S.A.	286	124
Suzano Holding S.A.	184	175
	<u>470</u>	<u>299</u>

A Companhia não remunerou o seu Conselho de Administração e a sua Diretoria nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, uma vez que a remuneração é suportada por outras sociedades controladas pelos acionistas da Companhia, das quais os administradores integram o Conselho de Administração e/ou a Diretoria.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

6. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	461	312
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(157)	(106)
Créditos fiscais não constituídos sobre prejuízo fiscal e base negativa correntes		-
Dividendos recebidos	160	73
Outras adições (exclusões)	(9)	34
	(6)	1
Imposto de renda		
Corrente	-	(3)
Diferido	(5)	4
	(5)	1
Contribuição social		
Corrente	-	(2)
Diferido	(1)	2
	(1)	-
Receita (despesas) de imposto de renda e contribuição social nos exercícios	(6)	1
Alíquota efetiva da despesa com imposto de renda e contribuição social	-1,30%	0,32%

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o ajuste do valor justo dos instrumentos financeiros foram calculados pela alíquota de 34% e não transitaram pelo resultado do exercício, e estão apresentados na demonstração do resultado abrangente.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda		
Créditos sobre prejuízos fiscais	841	834
Créditos sobre diferenças temporárias	-	5
	841	839
Contribuição social		
Créditos sobre bases negativas da contribuição social	585	583
Créditos sobre diferenças temporárias	-	2
	585	585
Total ativo	1.426	1.424
Imposto de renda		
Atualização dos ativos financeiros ao valor justo	11.279	10.794
Contribuição social		
Atualização dos ativos financeiros ao valor justo	4.060	3.886
Total passivo	15.339	14.680
Total líquido passivo não circulante	13.913	13.256

c) Prejuízos fiscais e bases negativas a compensar

Os prejuízos fiscais do imposto de renda e as bases negativas da contribuição social, em 31 de dezembro de 2019, totalizaram R\$ 3.363 e R\$ 6.505, respectivamente, (R\$ 3.337 e R\$ 6.478 em 31 de dezembro de 2018).

7. Títulos e valores mobiliários

O saldo dessa conta encontra-se representado por ações das empresas Suzano S.A. e Suzano Holding S.A. O valor de mercado desses títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços obtida na data de cada balanço, como abaixo.

	Quant. Ações	Tipo	% Participação	31/12/2019			31/12/2018		
				Principal	Ajuste	Saldo	Principal	Ajuste	Saldo
Suzano S.A.	643.450	ON	0,05%	675	24.857	25.532	675	23.828	24.503
Suzano Holding S.A.	267.787	PN	0,39%	2.329	20.259	22.588	2.329	19.348	21.677
				3.004	45.116	48.120	3.004	43.176	46.180

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a Companhia optou em mensurar os ativos financeiros, especialmente os patrimoniais, de maneira irrevogável, ao valor justo por meio do resultado abrangente.

Em 2019, não ocorreram movimentações de compra, venda ou subscrição de ações desses investimentos, tampouco mudança na hierarquia da determinação do valor justo, como descrito nas últimas demonstrações anuais.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Compromisso de Voto e assunção de obrigações

Em janeiro de 2019, a Suzano S.A. completou o processo de reorganização societária (combinação de negócios com a Fibria Celulose S.A.) que resultou no controle integral do capital social da Fibria. Após essa transação, considerando que parte da contraprestação foi feita pela Suzano por meio de emissão de novas ações, a Companhia passou a deter 0,05 % do capital total da Suzano.

Em 1º de abril de 2019 a Suzano Papel e Celulose S.A. mudou sua razão social para Suzano S.A.

8. Patrimônio líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o capital social da Companhia era de R\$ 3.000, composto de 34.000 ações ordinárias e 40.000 ações preferenciais, sem valor nominal, detidas basicamente por pessoas físicas residentes no país. O estatuto social estabelece a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de 90% do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O saldo remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, limitada a 20% do capital.

Ajuste de Avaliação Patrimonial

Os ganhos e perdas dos investimentos classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente, são registrados na rubrica de Outros Resultados Abrangentes.

Dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo 10% superior ao das ações ordinárias.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Dividendos propostos no exercício

O cálculo dos dividendos propostos pela Administração, sujeito à aprovação na Assembleia Geral Ordinária, está demonstrado abaixo:

Dividendos	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	455	313
Reserva legal	(23)	(16)
	432	297
Dividendo mínimo obrigatório proposto - 25%	108	74
Dividendos propostos	108	74

9. Lucro por ação

a) Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais.

	31/12/2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro atribuível aos acionistas	198	257	455
Quantidade média ponderada de ações do período	34.000	40.000	74.000
Lucro básico e diluído por ação	5,83333	6,41667	

	31/12/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro atribuível aos acionistas	136	177	313
Quantidade média ponderada de ações do período	34.000	40.000	74.000
Lucro básico e diluído por ação	4,01282	4,41410	

A

Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição. Por isso o lucro diluído por ação é o mesmo que o básico.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

10. Resultado financeiro, líquido

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Despesas financeiras		
Despesas com administração de ações	(11)	(9)
Receitas financeiras		
Atualizações monetárias	22	23
Rendimentos das aplicações financeiras	<u>137</u>	<u>127</u>
Resultado financeiro líquido	<u>148</u>	<u>141</u>

11. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Anúncios e publicações	(54)	(52)
Taxas da CVM	(78)	(54)
Auditoria	(24)	(18)
Outras despesas	(1)	(4)
	<u>(157)</u>	<u>(128)</u>

12. Provisão para contingências

A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais como provável, possível ou remoto e registra provisões para perdas classificadas como provável, líquidas dos depósitos judiciais, conforme determinado pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possuía nenhum processo classificado como de perda provável.

13. Eventos subsequentes

Impactos do COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

A administração da Polpar S.A. não identificou impactos decorrentes do Covid-19 às suas Demonstrações Financeiras.

A administração da Companhia está acompanhando os efeitos do Covid-19 e comunicará ao mercado caso a Suzano S.A. divulgue fato relevante ou comunicado ao mercado que identifique impacto significativo do Covid-19 em suas operações. As informações financeiras subsequentes da Companhia poderão ser impactadas pela variação do preço da ação da Suzano S.A. (SUZB3).